

Investimento Educacional: repercussões na implementação de políticas públicas de formação e valorização docente

Educational Investment: Repercussions on the implementation of public policies for teacher training and valorization

Inversión Educativa: Repercusiones en la implementación de la políticas públicas de formación y valorización docente

Brenda Maria Vieira Gonçalves^{1*}, Francisco José de Lima^{2**}

Resumo

O investimento educacional é tema central de diversas pesquisas que buscam entender e discutir sobre a eficiência do ensino ofertado pela educação escolar no Brasil. Com o objetivo de discutir as repercussões do investimento educacional na implementação de políticas públicas de formação e valorização docente, bem como na qualidade do ensino ofertada nos dois grandes níveis da educação escolar brasileira, o trabalho está fundamentado nos pressupostos da pesquisa qualitativa e recorreu-se à revisão sistemática de literatura para o levantamento de material teórico. A busca pelos trabalhos foi realizada no Portal de Periódicos da CAPES, no período que compreendeu os anos de 2018 a 2022. Os trabalhos foram organizados em dois eixos de análise. A partir das análises e discussões, foi possível inferir que aspectos ligados ao investimento educacional brasileiro indicam um desmonte da educação pública e de tudo que ela representa para as classes marginalizadas que encontram nessa esfera um caminho para a ascensão profissional, pessoal e redução das desigualdades sociais.

Palavras-chave: Investimento educacional; Políticas públicas; Formação docente; Qualidade da Educação; Desigualdade social.

Abstract

Educational investment is a central theme of several studies that seek to understand and discuss the efficiency of the education offered by school education in Brazil. With the objective of discussing the repercussions of educational investment in the implementation of public policies for teacher training and appreciation, as well as in the quality of education offered at the two major levels of Brazilian school

^{1*} Especialista em Docência no Ensino Superior, pelo Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia, campus Cedro. Professora temporária na Escola Municipal Antonieta Jucá Marques (AJUMA), Cedro, Ceará, Brasil. Endereço para correspondência: Rua Sinhá de Alcântara, 621, casa, Divisão, Cedro, Ceará, Brasil, CEP: 63400-000. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6036-324X>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2443719604307914>. E-mail: brendamariavieira@gmail.com.

^{2**} Doutorado em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP). Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, IFCE campus Cedro, Cedro, Ceará, Brasil. Endereço para correspondência: Rua 01, s/n, Conjunto Habitacional, Distrito de Várzea da Conceição, Cedro, Ceará, Brasil, CEP: 63.400-00. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5758-5159>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1164895890806030>. E-mail: franciscojose@ifce.edu.br.

education, the work is based on the assumptions of qualitative research, which resorted to a systematic review of the literature for the survey of theoretical material. The search for the works was carried out on the CAPES Journal Portal, in the period from 2018 to 2022. The studies were organized into two axes of analysis. From the analyses and discussions, it was possible to infer that aspects related to the Brazilian educational investment indicate a dismantling of public education and all that it represents for the marginalized classes that find in this sphere a path to professional and personal ascension and reduction of inequalities Social.

Keywords: Educational investment; Public policies; Teacher training; Quality of Education; Social inequality.

Resumen

La inversión educativa es un tema central de varios estudios que buscan comprender y discutir la eficiencia de la educación ofrecida por la educación escolar en Brasil. Con el objetivo de discutir las repercusiones de la inversión educativa en la implementación de políticas públicas de formación y valorización docente, así como en la calidad de la educación ofrecida en los dos grandes niveles de la educación escolar brasileña, el trabajo se basa en los supuestos de la investigación cualitativa, que se utilizó para el relevamiento del material teórico. La búsqueda de los artículos se realizó en el Portal de Revistas de la CAPES, en el período de 2018 a 2022. Los estudios se organizaron en dos ejes de análisis. A partir de los análisis y discusiones, fue posible inferir que aspectos relacionados con la inversión educativa brasileña indican un desmantelamiento de la educación pública y todo lo que representa para las clases marginadas que encuentran en este ámbito un camino hacia el ascenso profesional y personal y la reducción de las desigualdades sociales.

Palabras clave: Inversión educativa; Políticas públicas; Formación del profesorado; Calidad de la Educación; Desigualdad social.

Introdução

O planejamento de políticas educacionais é objeto de análise, modificações constantes e ajustes, resultantes da limitação observada nos entes governamentais de examinar com precisão cenários econômicos de forma horizontal a longo prazo. Nesse sentido, faz-se necessário delinear diretrizes que reparem atrasos históricos percebidos na educação brasileira, que dificultam o desenvolvimento econômico e norteiam o planejamento público (Sobreira; Campos, 2008).

As reformas e redefinições verificadas no campo das Políticas Educacionais no Brasil estão associadas ao processo de implantação e execução das políticas de natureza neoliberal no país. Nesse sentido, o Estado torna-se exclusivamente mediador de políticas públicas, as quais são organizadas e executadas pelo mercado, sendo que esse processo implica na precarização ou sucateamento da educação (Brandão; Coelho; Diniz, 2016)

Dentre outros autores, Mészáros (2009) e Frigotto (1993) indicam que esse processo representa a “crise real na educação”, contudo, corresponde de fato às consequências do projeto neoliberal no setor educacional, visando a transição da educação pública para uma educação privada atendendo, sobretudo, às demandas do mercado tais como – formação de

recurso humano flexível que se adaptem rapidamente às novas tecnologias e mudanças sociais, políticas e econômicas. (Brandão; Coelho; Diniz, 2016).

A educação de qualidade, enquanto direito garantido pela Constituição Federal, figura o campo da idealização, visto que na realidade esse direito parece ser ignorado pelo Estado, e pode ser compreendida em duas perspectivas: em uma emancipatória, transformadora e outra reprodutivista. No Brasil, a miséria educacional se materializa nos processos falhos de ensino e aprendizagem, na remuneração e formação docente, na escassez de materiais didático pedagógicos e no hiato entre a gestão de ensino e o planejamento educacional (Prandi, et. al., 2015). Governos indiferentes às alterações sociais são marcados pelo sucateamento da educação e pela revogação de componentes curriculares relacionados ao conhecimento inovador e democrático, nesse sentido, negam a necessidade de implementação de políticas públicas educacionais (Prandi, et. al., 2015)

Piana (2009) salienta que para a criação, o acesso e a garantia de uma educação de qualidade são necessárias políticas que viabilizem a ampliação de recursos financeiros e financiamentos que considerem a demanda da sociedade, sendo estas responsabilidades de enfrentamento do poder público, o qual deve apresentar instrumentos que propiciem a transparência e socialização das políticas sociais.

No final do século XX, as políticas públicas educacionais foram elaboradas e estabelecidas visando o acompanhamento educativo e social dos jovens pelos Estados, no intento de tornar a educação acessível a todos, aumentar o conhecimento da população, formar cidadãos capazes de viver em uma sociedade globalizada e heterogênea, garantindo o desenvolvimento econômico do Brasil (Wonsik, 2013).

Sendo o professor protagonista central na reconstrução dos processos educativos, a partir da década de 1990, as reformas educacionais e a elaboração de políticas públicas passaram a reconhecê-lo como agente principal para garantir o sucesso das reformas idealizadas, visto que atua diretamente na instituição escolar, sendo conhecedor das potencialidades e fragilidades da educação nacional, podendo assim contribuir para a elaboração e execução dessas propostas coordenadas pelos entes federativos. Pressupõe então a construção de um discurso sobre a formação e valorização docente (Wonsik, 2013).

Nas disposições legais, o PIBID ascende como um movimento de reforma educacional, enquanto políticas públicas de formação e valorização docente em que há a expansão de recursos financeiros, de diversificação de áreas do conhecimento, da abrangência da

quantidade de instituições atendidas e da quantidade de bolsas. Somando-se ainda a importância que a ele é creditada segundo os próprios indivíduos que o constitui (Gimenes; Pimenta, 2013).

Entretanto, verifica-se uma contradição entre o que se pressupõe legalmente sobre a implementação do PIBID e o financiamento da educação pública, visto que a concessão de bolsas se destina a uma minoria dos licenciandos, conferindo ao programa o caráter elitista considerando a conjuntura vigente, que aponta, sobretudo para a necessidade de financiamento público efetivo destinado para a formação docente (Gimenes; Pimenta, 2013).

Nesse cenário, o presente trabalho busca responder a seguinte questão norteadora: O que dizem as pesquisas sobre as repercussões do investimento educacional na implementação de políticas públicas e na qualidade da educação brasileira? O estudo se justifica pela possibilidade de ampliar as discussões sobre investimento educacional e suas repercussões na implementação de políticas públicas de formação e valorização docente, bem como na promoção de uma educação pública de qualidade e reconhecimento da docência.

Na contemporaneidade, os indivíduos sociais encontram inúmeros desafios, sobretudo no que tange aos novos espaços de atuação, os quais configuram-se como caminho socialmente construído para a garantia de um futuro melhor, uma vez que, é nesse caminho que os indivíduos desenvolvem suas potencialidades considerando os variados contextos históricos (Coutinho, 1999).

O principal alicerce para a construção de uma sociedade organizada, justa e igualitária está centrado na oferta de uma educação de qualidade. No Brasil, entretanto, é possível perceber inúmeras incoerências que tornam a educação deficitária, embora esteja estabelecida e assegurada pela constituição federal de 1988 (Prandi, *et. al.*, 2015).

Diante disso, esse trabalho tem como objetivo discutir as repercussões do investimento educacional na implementação de políticas públicas de formação e valorização docente, bem como na qualidade do ensino ofertada nos dois grandes níveis de educação escolar brasileira, a saber, a educação básica e a superior.

Como o investimento educacional se comporta na implementação de políticas públicas no Brasil, a exemplo, o PIBID?

Nos últimos tempos, tem-se questionado, sob diversas perspectivas, uma política de constante desenvolvimento do financiamento na educação. Na linha de frente dessas discussões e reivindicações estão os mais comprometidos e diretamente beneficiados por tais mudanças nesse cenário, os professores. Uma luta que busca muito mais que condições de trabalho digna, mas sobretudo, o compromisso com uma esfera imprescindível para a promoção de uma educação pública de qualidade (Santos; Vieira, 2019).

Para Garcia e Hillesheim (2017) As desigualdades educacionais constituem uma manifestação das mazelas sociais, as quais ascendem como referências para a estruturação da política educacional. Em linhas gerais, estão relacionadas ao quantitativo de analfabetos; ao afastamento escolar; aos indicadores de reprovação; ao tempo de estudo; da qualidade da educação ofertada, tendo em vista a infraestrutura das escolas e a formação dos profissionais considerando a organização e investimento direcionados às instituições formadoras.

Santos e Vasconcelos (2023) enfatizam que ao implementar políticas públicas o estado está cumprindo efetivamente com a sua responsabilidade de ofertar a sociedade serviços fundamentais, como por exemplo, a educação. Os quais são garantidos a partir da destinação adequada de recursos financeiros que supram as demandas educacionais e garantam o desenvolvimento social.

Dessa forma, o planejamento de uma política educacional direcionada a formação docente indica o avanço do processo de responsabilização do poder público no que tange a atuação e atividade docente. Tal fato marca a complexidade de se ajustar e adaptar processos para implementação de políticas públicas (Campelo; Cruz, 2017). O PIBID, por exemplo, “[...] ajuda a compreender como a formação de professores, enquanto terreno de disputas pelo que conta como conhecimento, ressignifica os embates pelo controle (e poder) entre seus atores” (Campelo; Cruz, p.76, 2017).

Para Oliveira e Leiro (2019) o PIBID ascende como uma ação pública que demonstra a preocupação e tentativa de fortalecimento da formação docente, contudo, mesmo apresentando relevância e potencial repercussão no cenário educacional, tem sua expansão limitada devido aos baixos investimentos para sua execução.

Metodologia

O presente artigo está fundamentado nos pressupostos da pesquisa qualitativa, a qual considera situações reais que não podem ser analisadas sob um enfoque quantitativo, tendo

como objetivo central a compreensão e explicação das interações sociais (Silveira; Córdova, 2012), recorrendo-se à revisão sistemática de literatura para o levantamento de material teórico. As revisões sistemáticas integram as informações de um grupo de estudos elaborados mediante distintas intervenções, que podem produzir resultados divergentes e/ou convergentes (Sampaio; Mancini, 2007).

A busca pelos trabalhos foi realizada no Portal de Periódicos da CAPES, no período compreendido nos anos de 2018 a 2022, tendo em vista a pertinência das discussões e informações contidas nos trabalhos, contribuindo, portanto, para uma análise do cenário educacional vigente. Os escopos de busca utilizados foram “Investimento educacional” e “Políticas públicas” e “Formação docente”. Os principais critérios de exclusão foram os artigos que estavam fora do período delimitado, aqueles que discutiam o investimento educacional especificamente de um estado ou de outro país e os achados que apareciam repetidamente nas buscas.

Os artigos selecionados apresentam informações e discussões relevantes sobre a temática, considerando o período delimitado. Tratam sobre investimento educacional, políticas públicas de financiamento e de formação docente, bem como da importância de promover uma educação pública de qualidade para o enfrentamento e redução das desigualdades sociais.

A pesquisa resultou em 65 artigos encontrados, dos quais apenas 23 foram selecionados para análises e discussões. Considerou-se para a escolha, a expressividade das discussões contidas nos periódicos e por se enquadrarem nos critérios de inclusão e exclusão.

Posteriormente, utilizou-se uma planilha na *Microsoft Excel 2013*, destacando os seguintes dados dos trabalhos escolhidos: Local/Ano, Título, Categoria, Região, Instituição, Financiamento, Palavras-chave, Metodologia, Referenciais teóricos e principais resultados.

Grande parte dessas informações foram coletadas nos resumos de cada um dos artigos e outras foram encontradas nos corpos dos textos. Esse processo faz parte da codificação dos textos, na qual busca-se uma unidade de registro, que representa uma porção do conteúdo, unidade básica, que auxilia na definição das categorias e recorrência de ideias (Bardin, 2016). O quadro a seguir apresenta os trabalhos escolhidos para análise e discussão.

Quadro 1 - Levantamento dos trabalhos para revisão de literatura

Título	Autor(es)/Ano
Escalas específicas para medir a infraestrutura escolar da educação básica	Neto; Castro (2020)

A Educação Pública e as Corporações: avanços e contradições em uma década de ampliação de investimento no Brasil	Adrião, Domiciano (2018)
Infraestrutura escolar e investimentos públicos em Educação no Brasil: a importância para o desempenho educacional	Vasconcelos, et. al. (2021)
O tabuleiro da educação básica: O novo FUNDEB e a escola pública	Vargas; Bizelli; Cruz, (2021)
Um ajuste justo ou mais alguns passos atrás para a educação básica pública no Brasil?	Ferreira (2020)
A universalização da Educação Básica no Brasil: um longo caminho	Trevisol, Mazzioni (2018)
Retratos da educação no Brasil	Pieri (2018)
Neoliberalismo, globalização e neoconservadorismo: cenários e ofensivas contra a Educação Básica pública brasileira	Palú, Petry (2020)
O financiamento da educação na constituição federal de 1988: 30 anos de mobilização social	Pinto (2018)
Direitos humanos, educação e desigualdade social no Brasil	Vasconcelos; Araújo; Oliveira, (2020)
Variáveis que impactam a qualidade do gasto com educação: uma revisão sistemática	Santos (2021)
Financiamento da educação contemporânea: Desafios e impasses	Roggero (2021)
Dívida pública e financiamento da educação superior no Brasil	Chaves; Reis; Guimarães, (2018)
O planejamento educacional frente à fragilidade da democracia brasileira	Scaff; Oliveira; Lima, (2018)
O Brasil entre o passado e o presente: O que temos e o que queremos	Nez; Neto; Souza, (2021)
O financiamento da educação básica: Análise dos papéis dos entes federados da república velha aos dias atuais	Silva; Pereira, (2018)
Financiamento da educação básica no Brasil: A federação em perspectiva	Mendes; Gutierrez, (2021)
A política de fundos no financiamento da educação básica: Considerações acerca do fortalecimento do projeto de educação pública de qualidade	Rolim; Pará. (2021)
Qualidade geral da educação municipal e as influências dos gastos públicos	Bernardo; Almeida; Nascimento, (2020)
Implicações da pandemia da COVID-19 para o financiamento da educação básica	Alves, et. al. (2020)
Financiamento da educação básica no Brasil: Algumas reflexões	Santos, Vieira (2019)
Dívida pública e financiamento da educação superior no Brasil	Chaves; Reis; Guimarães, (2018)
Avaliando o Pibid enquanto política pública de incentivo e valorização da docência	Carmo; Vasconcelos, (2019)

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Após o levantamento dos trabalhos, observou-se que 8 dos artigos foram publicados em 2018, 2 em 2019, 6 em 2020 e 7 em 2021. A partir desses achados, foi realizada a organização de dois eixos temáticos, a saber: 1. Financiamento educacional no Brasil e 2. Desenvolvimento educacional e redução das desigualdades sociais.

A disposição dos trabalhos em cada eixo se deu a partir da recorrência das temáticas observadas nos trabalhos selecionados. Segundo Bardin (2016, p. 117) a categorização dos trabalhos em eixos temáticos surge através de uma “operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos”. Dessa forma é possível uma maior organização das produções coletadas, facilitando o tratamento dos dados e informações contidas nos trabalhos.

Os trabalhos foram divididos em dois eixos temáticos que serão detalhados na análise e discussão dos dados, os quais precisam ser analisados de maneira significativa na busca por indicar implicações que levem a interpretações condizentes com os objetivos predefinidos ou apontem novos desdobramentos (Bardin, 2016).

Reflexões sobre financiamento educacional: Caminhos para a construção de uma educação transformadora

Os trabalhos que compõem a revisão sistemática de literatura tratam de discussões e reflexões sobre o financiamento da educação, considerando os dois grandes níveis da educação escolar no Brasil e as repercussões desse investimento na construção de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática, sendo a educação uma ferramenta imprescindível para o enfrentamento e a mitigação das discrepâncias sociais. A seguir serão verificados e discutidos os dois eixos temáticos: 1. Financiamento educacional e implementação de políticas públicas e 2. Desenvolvimento educacional e redução das desigualdades sociais

Financiamento educacional e implementação de políticas públicas

Nesse eixo foram reunidos 19 dos 23 trabalhos resultantes da revisão sistemática. Os trabalhos desse eixo tratam sobretudo das políticas públicas direcionadas à educação brasileira considerando os dois grandes níveis - Educação básica e superior, as variáveis de controle que impactam nos gastos educacionais e repercutem nos desempenhos escolares. Tratam ainda sobre as transformações que ocorreram na história da legislação do país referentes ao financiamento da educação, bem como discorrem sobre aspectos inerentes ao planejamento educacional brasileiro.

O final do Século XX foi marcado pelo advento do neoliberalismo; da globalização; e pelo agravamento do conservadorismo, aspectos que desenharam um cenário de declínio no campo educacional. Esse quadro de intensas e céleres mudanças impulsionaram o processo de internacionalização de políticas educacionais, bem como a uniformização das políticas públicas, processos estes que estão em andamento no cenário nacional e internacional (Palú; Petry, 2020).

Segundo Santos e Vieira (2019), a peça central que marca as lacunas na educação nacional é o investimento financeiro, tendo em vista que não há como promover um ensino de qualidade sem que haja aplicação eficiente de recursos, e conseqüentemente, o desenvolvimento de políticas públicas que estimulem mudanças assertivas e significativas nesse cenário. Os autores enfatizam que o Brasil, dentre as maiores economias mundiais, é um dos que mais cobram e arrecadam impostos, contudo é necessária, “[...] uma distribuição mais adequada, de acordo com necessidades regionais, para que a qualidade educacional possa ser garantida” (Santos; Vieira, 2019, p. 232).

O principal aspecto a ser ponderado relaciona-se à disparidade entre capacidade de recolher tributos dos municípios e alguns Estados e as reivindicações pela concretização dos direitos à educação, o qual parece não suprir todas as demandas (Adrião; Domiciano, 2020).

No que tange à educação básica, embora seja notório o progresso quanto ao acesso à escolarização, este não implicou na melhoria da qualidade da oferta de ensino. Posto que as condições físicas da escola, os instrumentos pedagógicos e o seu funcionamento continuam a sinalizar limitações nas instituições. Nesse sentido, é possível relacionar os investimentos públicos à infraestrutura escolar, sendo esta última um dos parâmetros para medir a eficiência dos gastos públicos em educação e como estes implicam no aprendizado dos alunos. (Vasconcelos, *et. al*, 2021).

É papel do poder público viabilizar formas para que as instituições de ensino usufruam de serviços e materiais básicos para desenvolver atividades com qualidade, proporcionando aos alunos um espaço favorável para a aprendizagem, diminuindo as disparidades que cercam o processo de ensino (Vasconcelos, *et. al.*, 2021). Há a urgência de políticas públicas que reduzam as desigualdades e fomentem espaços escolares propícios à aprendizagem, considerando que a educação acontece em cenários desinteressantes e desmotivadores. Reestruturar esses cenários é importante para que a comunidade escolar se sinta acolhida e convidada a compartilhar e construir conhecimento (Vasconcelos, *et. al.*, 2021).

Para Adrião e Domiciano (2020), o financiamento educacional está ancorado em um único instrumento de injeção financeira, o Fundeb, e alertaram que “caso não se comece a construir um sistema permanente de financiamento à educação que vá além do Fundeb, em 2020 as redes municipais de, pelo menos, metade dos estados brasileiros entrarão em colapso financeiro.” (Adrião; Domiciano, p.13, 2020) fato que pode ser sentido e parece continuar reverberando no presente ano.

Vale ressaltar que tais fatores apontam para o desmonte da educação pública e de tudo que ela representa para as classes marginalizadas que encontram nessa esfera um caminho para a ascensão profissional, pessoal e redução das desigualdades sociais. Os afrontes à educação pública revelam o quanto a democracia brasileira conquistada a tanto custo está fragilizada nos tempos atuais (Palú; Petry, 2020).

Analisando outros países que atravessam problemas semelhantes ao Brasil inerentes ao financiamento educacional, Santos e Vieira (2019) apontam que estes buscam na valorização e formação docente, na alteração dos planos de carreira, nos recursos tecnológicos e na infraestrutura apropriada, formas de enfrentamento dessas dificuldades.

Nesse sentido, os aspectos apontados por Santos e Vieira (2019) mostram a relação existente entre os dois níveis educacionais, no qual um contribui para a reestruturação do outro. Ao comparar os investimentos realizados em ambos, Ferreira (2020) analisa a equidade dos gastos públicos, e indica que as despesas com o ensino superior são excessivas em detrimento da educação básica, e sobretudo, ineficazes.

Em contrapartida Chaves, Reis e Guimarães (2018) ponderam que o ajuste fiscal e as reformas implementadas pelos governos de maneira contínua não geraram um aumento expressivo dos recursos para políticas de abrangência universal. Consequentemente, o financiamento das universidades federais, por exemplo, não se configurou como uma prioridade de investimento para os governos.

Como exemplo das situações discutidas nesse eixo, Carmo e Vasconcelos (2019) analisaram o PIBID - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, enquanto política pública educacional, o qual tem como objetivo fomentar e estimular a formação e valorização docente, repercutindo tanto na dinâmica das instituições superiores, quanto das escolas básicas. Embora indiscutível a importância do PIBID, sua implementação e execução foi marcada por cortes e constantes ameaças de contenção de bolsas destinadas aos licenciandos

em formação e até mesmo de eliminação do programa. De acordo os autores, é notório na história das políticas públicas educacionais, a inconstância das propostas e a displicência com que são examinadas essas políticas, afetadas pelos investimentos escassos e pelo desprezo conferido à sua execução (Carmo; Vasconcelos, 2019).

Desenvolvimento educacional e redução das desigualdades sociais

Nesse eixo temático foram agrupados 4 trabalhos. Neles são realizadas discussões que buscam compreender a universalização da educação no Brasil considerando os processos de expansão dos direitos de cidadania, bem como a importância da educação pública de qualidade enquanto ferramenta de redução e enfrentamento das desigualdades sociais. Nesse sentido, os artigos desse eixo também analisam a estrutura de financiamento da educação estabelecida constitucionalmente de modo a promover a democratização da sociedade brasileira.

No Brasil, o Estado reconheceu a educação enquanto um direito social e democrático de forma tardia. Esse atraso, conseqüentemente, foi impulsionado pela cultura escravista e autoritária difundida historicamente nos processos de formação do Brasil, negando a importância e necessidade de uma educação pública e gratuita de qualidade para todos. De forma que as classes dominantes, posicionaram-se de forma resistente a mudanças no cenário educacional que permitiram as classes pobres acessar lugares e direitos antes negados (Trevisol; Mazzioni, 2018).

Trevisol e Mazzioni (2018) acrescentam ainda que a concepção de direitos também se deu de forma atrasada, visto que por um período duradouro a escravidão e o usufruto de terras, centralizados nas mãos de poucos, construíram uma sociedade estruturalmente desigual e intransigente. Se nem mesmo o conceito do termo era entendido de fato, não poderia permitir benefícios à grande massa desprivilegiada.

Vasconcelos, Araújo e Oliveira (2020) ponderam que a democracia detalhada na Constituição Federal de 1988, pressupôs que os problemas relacionados às mazelas e injustiças sociais seriam solucionados rapidamente, todavia, os direitos assegurados pelo documento oficial são efetivados de forma lenta, considerando que o reconhecimento dos direitos não implicou em vínculos jurídicos ou de financiamento para que de fato fossem acessíveis à sociedade.

Somente nas últimas 8 décadas, o Brasil entendeu a educação como uma poderosa arma para reparar uma das muitas dívidas históricas com a população esquecida e

marginalizada, permitindo o acesso à escola pública pelo enorme contingente populacional. Tal fato possibilitou o estabelecimento da escola pública de massa no país, configurando-se como um grande avanço para a sociedade brasileira. A instituição da universalização expressa o próprio processo de constituição dos direitos de cidadania numa nação escravista e elitista (Trevisol; Mazzioni, 2018).

Contudo, vale ressaltar que o progresso relativo ao acesso à educação, não cessou todos os problemas existentes, visto que os instrumentos de gestão no Brasil continuam limitados, de modo que os envolvidos nesse processo não se veem motivados dentro desse cenário (Pieri, 2018).

Para Pieri (2018), no cenário educacional não há ferramentas de gestão que possibilitem responsabilizar propriamente os atores educacionais na linha de frente de manutenção e implementação de novas propostas. Enfatiza ainda que não são reproduzidas as ações exitosas identificadas em rede, as quais dispendo de orçamento limitado, conseguem atingir bons resultados. Finalmente, é possível perceber que grande parte das políticas educacionais não contam com opiniões e sugestões de profissionais que estão trabalhando diretamente na ponta do sistema, os quais conseguiriam de fato enxergar as fragilidades e deficiências do processo.

Sendo assim, é relevante a implementação de políticas públicas que garantam uma educação de qualidade como requisito fundamental para efetivação de outros direitos que propiciem uma vida digna ao indivíduo, considerando o contexto histórico vivenciado (Vasconcelos; Araújo; Oliveira, 2020), tendo em vista que “não basta aumentar os anos de estudo da população se esses não forem acompanhados por aumentos na qualidade da educação ofertada” (Pieri, p. 2018).

Dessa forma, as transformações individuais e sociais geradas através da educação de qualidade justificam a importância e necessidade de investimento público nesse setor, visto que “diversos estudos recentes mostram que uma sociedade mais educada possui maiores taxas de invenção e assimilação de novas tecnologias e agentes econômicos mais produtivos; fatores determinantes para o crescimento econômico de longo prazo” (Pieri, p. 2018). Portanto, não há desenvolvimento em um país, se não por meio do conhecimento e da informação.

Considerações Finais

Nos limites do presente trabalho que teve por objetivo discutir as repercussões do investimento educacional na implementação de políticas públicas e na qualidade do ensino ofertada nos dois grandes níveis da educação escolar brasileira, foi possível inferir que investir em educação básica/superior vai além de injetar recursos financeiros. É preciso que esse investimento seja planejado e eficaz, promovendo a implementação de políticas públicas que propiciem um ensino básico de qualidade.

O financiamento educacional permite que políticas públicas sejam planejadas e implementadas repercutindo na formação, valorização e reconhecimento da docência, bem como no processo de ensino e de aprendizagem. Desse modo, entende-se que investir em educação é uma forma de construir uma sociedade pautada no conhecimento e na democracia.

Considera-se ainda que a educação configura um importante instrumento de redução e enfrentamento das desigualdades sociais. Sendo assim, investir em educação pública de qualidade é contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Esse estudo demandou uma análise que compreendesse a complexa relação entre os investimentos aplicados nos distintos níveis educacionais, de modo que ambos precisam acontecer de maneira equivalente, dada a expressiva importância de cada um. Compreender como a qualidade de educação básica reverbera no ensino superior e vice-versa, configurou-se como tópico desafiador dessa pesquisa.

Para pesquisas futuras é interessante estudar políticas e propostas educacionais que deram resultados positivos desenvolvidas em outros países ou mesmo em algum estado específico do Brasil. Os resultados poderão indicar ações para aprimorar e/ou reestruturar o planejamento educacional nacional.

Referências

ADRIÃO, T.; DOMICIANO, C. A. A Educação Pública e as Corporações: avanços e contradições em uma década de ampliação de investimento no Brasil. **Revista de Financiamento da Educação**, Porto Alegre, v. 8, n. 3, 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/fineduca/article/view/79084/47919>. Acesso em: 15 nov. 2022.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016.

BRANDÃO, D. S.; COELHO, F. M.; DINIZ, D. Reforma e redefinição das políticas educacionais no Brasil: Implicações no processo de precarização da educação. **Anais CONEDU**, João Pessoa, 2016. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/editora/>

[anais/conedu/2016/trabalho_ev056_md1_s_a3_id4926_15082016195344.pdf](#). Acesso em: 05 maio 2022.

CAMPELO, T. S.; CRUZ, G. B. O Edital CAPES nº 07/2018 e a reconfiguração do PIBID: sentidos de docência em disputa. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista–Bahia–Brasil, v.1, n.33, p.69-90, jul./set. 2019. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/5277/3961>. Acesso em: 15 abr. 2024.

CARMO, E. F.; VASCONCELOS, C. A. Avaliando o Pibid enquanto política pública de incentivo e valorização da docência. **Revista Educação**, v.14, n.1, 2019. Disponível em: <http://revistas.ung.br/index.php/educacao/article/view/3295/2597>. Acesso em: 15 nov. 2022.

COUTINHO, C. N. Cidadania e Modernidade. **Perspectivas**. 22, 41-59, 1999.

CHAVES, V. L. J.; REIS, L. F.; GUIMARÃES, A. R. Dívida pública e financiamento da educação superior no Brasil. **Acta Scientiarum. Education**, v. 40, e37668, 2018. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/actaeduc/v40n1/2178-5201-actaeduc-40-01-00009.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2022.

FERREIRA, E. C. Um ajuste justo ou mais alguns passos atrás para a educação básica pública no Brasil? **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 46, e214975, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/45ZGyy4gzmSfGWF8dJNCB4P/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 nov. 2022.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva**. Um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. São Paulo: Cortez, 1993.

GARCIA, A. V.; HILLESHEIM, J. Pobreza e desigualdades educacionais: uma análise com base nos Planos Nacionais de Educação e nos Planos Plurianuais Federais. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 2, p. 131-147, set. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/s4Z4xXszc389JhTJKvr7kXv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 nov. 2023.

GIMENES, C. I.; PIMENTA, S. G. O que dizem as publicações sobre o PIBID no Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino (ENDIPE) – período 2008 a 2012? **FAPESP**, São Paulo, 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/333403102_O_que_dizem_as_publicacoes_sobre_o_PIBID_no_Encontro_Nacional_de_Didatica_e_Praticas_de_Ensino_ENDIPE_-_perodo_2008_a_2012. Acesso em: 05 maio 2022.

Mészáros, I. **A crise estrutural do capital** (P. C. Castanheira, & S. Lessa, Trad.). São Paulo: Boitempo, 2009.

OLIVEIRA, H. L. G.; LEIRO, A. C. R. Políticas de formação de professores no Brasil: referenciais legais em foco. **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 30, e20170086, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/R3qWFzj9Kjczng7YgJtwxc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 abr. 2024.

PALÚ, J.; PETRY, O. J. Neoliberalismo, globalização e neoconservadorismo: cenários e ofensivas contra a Educação Básica pública brasileira. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, e2015317, p. 1-21, 2020. Disponível em: [1809-4309-praxeduc-15-e2015317.pdf \(fcc.org.br\)](https://www.fcc.org.br/1809-4309-praxeduc-15-e2015317.pdf). Acesso em: 15 nov. 2022.

PIANA, M. C. **As políticas sociais no contexto brasileiro: natureza e desenvolvimento**. In: A construção do perfil do assistente social no cenário educacional [online]. Cultura Acadêmica. 2009.

PIERI, R. Retratos da educação no Brasil. **INSPER**, São Paulo, Outubro de 2018. Disponível em: <https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2018/10/Retratos-Educacao-Brasil.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2022.

PRANDI, L. R. *et al.* As mazelas da educação pública no Brasil: do atraso à instrumentalização política do ensino. **Educere - Revista da Educação**, v. 15, n. 2, p. 203-217, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://www.revistasunipar.com.br>). Acesso em: 05 maio 2022.

SAMPAIO, R.F.; MANCINI, M.C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Rev. bras. Fisioter.** vol. 11, n. 1, São Carlos, [n.p.], Jan./Feb. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbfis/a/79nG9Vk3syHhnSgY7VsB6jG/>. Acesso em: 15 nov. 2022.

SANTOS, H. C. S.; VASCONCELOS, J. Políticas públicas educacionais e a responsabilidade estatal. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**. São Paulo, v.9.n.05. mai. 2023. ISSN- 2675–3375. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/10010/3938>. Acesso em: 14 abr. 2024.

SANTOS, D. D. P.; VIEIRA, H. R. Financiamento da educação básica no Brasil: Algumas reflexões. **Fclar - UNESP**, 2019. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9385/6236>. Acesso em: 15 nov. 2022.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. **A Pesquisa Científica**. 2012. Disponível em: https://cesad.ufs.br/ORBI/public/uploadCatalogo/09520520042012Pratica_de_Pesquisa_I_Aula_2.pdf. Acesso em: 15 nov. 2022.

SOBREIRA, R.; CAMPOS, B. C. Investimento público em educação fundamental e a qualidade do ensino: uma avaliação regional dos resultados do Fundef. **RAP – Rio de Janeiro** 42(2):327-46, mar./abr. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/zzSnQr5xkzrqR595w8smtSG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 dez. 2022.

TREVISOL, J. V.; MAZZIONI, L. A universalização da Educação Básica no Brasil: um longo caminho. **Roteiro**, Joaçaba, Edição Especial, p. 13-46, dezembro 2018. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/16482/pdf>. Acesso em: 15 nov. 2022.

VASCONCELOS, C. R. D.; ARAUJO, J. A. Q. C.; OLIVEIRA, C. P. Direitos humanos, educação e desigualdade social no Brasil. **Revista Humanidades e Inovação**, v.7, n.19 - 2020. Disponível

em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/2335>. Acesso em: 16 dez. 2022.

VASCONCELOS, J. C. *et al.* Infraestrutura escolar e investimentos públicos em Educação no Brasil: a importância para o desempenho educacional. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.29, n.113, p. 874-898, out./dez. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/w9HwRXMQ3FVZ9fzJKBgLLt/?format=pdf&langt>. Acesso em: 15 nov. 2022.

WONSIK, E. C. A valorização e a precarização do trabalho docente: um estudo de políticas públicas a partir de 1990. **Universidade Estadual de Maringá**, 2013. Disponível em: https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/748/1/UEM_PPE_M_Wonsic%2c%20Ester%20Cristiane_2013.pdf. Acesso em: 05 maio 2022.

Submetido em 25 de fevereiro de 2024.

Aceito em 06 de abril de 2024.

Publicado em 18 de abril de 2024.